

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA <i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS) <i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i> <i>Ronaldo Bordin</i> <i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES <i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA <i>Cassiane Chais</i> <i>Jaime João Bettega</i> <i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i> <i>Oberdan Teles da Silva</i> <i>Paula Patrícia Ganzer</i> <i>Pelayo Munhoz Olea</i> <i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Neimy Batista da Silva</i> <i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i> <i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS <i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES <i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaella Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15	165
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170115	
CAPÍTULO 16	173
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170116	
CAPÍTULO 17	185
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170117	
CAPÍTULO 18	200
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170118	
CAPÍTULO 19	214
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170119	
CAPÍTULO 20	229
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170120	
CAPÍTULO 21	243
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170121	

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal
de Santa Catarina
Florianópolis – Santa Catarina

RESUMO: No ano de 1995 ocorreu, em Pequim, a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, reunindo 17.000 participantes e 30.000 ativistas para debater não somente a situação da mulher no nível internacional, mas também sobre o que poderia ser feito para alcançar a igualdade de gênero (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). O resultado da Conferência foi a Plataforma de Ação de Pequim, marco internacional para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher. Apesar da cultura conversadora e sexista identificada em indivíduos em altos cargos do governo (BRASIL, 2014), a posição do governo brasileiro nesta Conferência pode ser considerada progressista. Uma das possíveis explicações para a posição é o movimento feminista brasileiro, considerado como um dos mais diversificados, influentes e melhor organizado da América Latina (STERNBACH et al. 1992 apud SARDENBERG, 2015). Por meio do método de *process-tracing* este artigo busca explorar a relação de poder entre representantes estatais e entes não estatais ao responder

a seguinte pergunta: como foi construída a posição do governo brasileiro referente à Plataforma de Pequim, para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995 e para a última revisão em 2015? Para tal será utilizada a literatura de relações transnacionais, focando no grau de influência que movimentos sociais podem exercer sob o processo de tomada de decisão dos Estados, utilizando os três fatores conjugados de Busby (2010): custos, valores e atores críticos

PALAVRAS-CHAVE: Plataforma de Ação de Pequim. *Decision-making process*. Governo brasileiro.

ABSTRACT: In 1995, the Fourth World Conference on Women in Beijing brought together 17,000 participants and 30,000 activists to discuss not only the situation of women at the international level but also what could be done to achieve gender equality (ONU MULHERES, 2016). The Conference outcome was the Beijing Platform for Action, an international framework for the promotion of gender equality and empowerment of women. Despite the conservative and sexist culture present in individuals in senior government positions (BRASIL, 2014), the Brazilian government position at this Conference can be considered progressive. One of the possible explanations for this is the Brazilian feminist movement,

considered one of the most diversified, influential and best organized in Latin America (STERNBACH et al., 1992 apud SARDENBERG, 2015). This article explores the power relationship between state representatives and non-state entities using the process-tracing method. This article seeks to answer how the Brazilian government's position regarding the Beijing Platform for the IV World Conference on Women in 1995, and for last revision in 2015, was constructed. For this purpose, the literature on transnational relations will be used, focusing on the degree of influence that social movements can exercise on the decision-making process of the states using the three factors proposed by Busby (2010): costs, values, and gatekeepers.

KEYWORDS: Beijing Platform for Action. Decision-making process. Brazilian government.

1 | INTRODUÇÃO

A instituição dos direitos das mulheres no âmbito das Nações Unidas começou no próprio momento de sua criação, com a Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW). Imaginada originalmente como um dos comitês da Comissão dos Direitos Humanos, parte do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), foi elevada, no ano seguinte, em 1947, a um *status* independente à Comissão dos Direitos Humanos, mantendo a associação ao Conselho (ECOSOC, 1947).

Desde então, diversos eventos internacionais sobre a temática de gênero foram realizados no espaço das Nações Unidas, aprofundando os compromissos dos Estados no tema, incluindo o Brasil, que participou e assinou os principais documentos. Entre eles: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial – CERD (1966), Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW (1979), Declaração do Milênio (2000) e 4 Conferências Mundiais sobre as Mulheres (México, 1975; Copenhague, 1980; Nairobi, 1985; Pequim, 1995). Além disso, o ano de 1975 foi declarado o Ano Internacional das Mulheres, assim como a década de 1976 a 1985 a Década da Mulher (OBSERVATÓRIO, 2017; NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Dentre esses eventos, destaca-se a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres. Nessa Conferência reuniu-se suficiente consenso para a elaboração da Plataforma de Ação de Pequim, um documento que até a atualidade serve de base de ação para promover a igualdade de gênero, tanto no espaço das Nações Unidas, como para seus Estados-membros (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Devido a importância desse documento, este artigo busca compreender melhor a participação do governo brasileiro nos eventos internacionais relacionados ao procurar responder à pergunta de pesquisa: como foi construída a posição do governo brasileiro referente à Plataforma de Pequim, para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995 e para a última revisão em 2015? Para tal, será dividido em duas seções,

uma referente à IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, e outra, à 59ª Sessão Anual da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, também conhecida como Pequim +20. Cada seção será subdividida em duas partes, uma apresentando a posição do governo brasileiro em cada evento, e outra caracterizando o contexto e os atores nacionais envolvidos no processo preparatório. Será utilizado como marco teórico a abordagem de Busby (2010) que busca compreender como movimentos sociais podem influir no processo decisório de Estados.

2 | IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES

Entre 4 e 15 de setembro de 1995, em Pequim, China, ocorreu a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres. A Conferência de Pequim é reconhecida como a maior conferência da ONU por conta do número de envolvidos, 17.000 participantes e 30.000 ativistas. Esses se reuniram para debater não só o estatuto da mulher, como também discutir como se poderia promover a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). Porém, não é só em termos numéricos que a Conferência se destaca. Dentre os eventos internacionais, no escopo da Organização das Nações Unidas (ONU), a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres é considerada de extrema importância por conta dos seus documentos resultantes: Declaração de Pequim e Plataforma de Ação (UN WOMEN, 1995).

A Declaração é um documento de cunho político, no qual os Estados, por consenso, definiram quais seriam as principais metas e objetivos da promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher. Por sua vez, a Plataforma de Ação de Pequim é um documento da ordem mais prática, que aponta de que forma os Estados e as Nações Unidas deveriam alcançar os objetivos acordados na Declaração de Pequim (UN WOMEN, 1995). A Plataforma de Ação de Pequim continua relevante, pois os seus mecanismos, tanto para impacto doméstico quanto internacional, ainda são utilizados para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher.

Um dos principais mecanismos é a transversalização do gênero (*gender mainstreaming*, no original). A ideia de transversalizar gênero, entendida como levar em consideração os diferentes impactos para homens e mulheres para determinada ação surgiu em 1970 com as políticas de desenvolvimento. Entretanto, seria nos anos 1990 que conseguiria popularidade, e em 1995, com a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, que seria reconhecida internacionalmente como útil para as demais áreas (CHARLESWORTH, 2005). Em 1997, as Nações Unidas, por meio do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), declaram a transversalização de gênero como mecanismo obrigatório em todas as instâncias e organismos do espaço ONU. A definição utilizada foi que a transversalização do gênero seria:

[...] the process of assessing the implications for women and men of any planned

action, including legislation, policies or programmes, in all areas and at all levels. It is a strategy for making women's as well as men's concerns and experiences an integral dimension of the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programmes in all political, economic and societal spheres so that women and men benefit equally and inequality is not perpetuated. The ultimate goal is to achieve gender equality (ECOSOC, 1997).

Transversalização de gênero implica que qualquer política, mesmo que não sendo diretamente relacionada com as relações de gênero, deve levar em consideração os seus diferentes impactos em homens e mulheres. Ressalta-se que, com a Declaração de Pequim, todos os Estados signatários concordaram em utilizar a transversalização de gênero domesticamente, incluindo o Brasil (OSAGI, 2002). O compromisso doméstico com a transversalização de gênero implica que todas as políticas, conseqüentemente todos os níveis de administração e poderes, precisam levar em consideração os diferentes impactos das suas decisões nas relações de gênero. Ou seja, criar um ente específico para tratar sobre gênero não é o suficiente (CHARLESWORTH, 2005).

As conquistas logradas com a Declaração de Pequim e Plataforma de Ação devem-se, em parte, ao seu contexto. As três conferências anteriores sobre as mulheres (México 1975, Copenhague 1980 e Nairóbi 1985) e a Década da Mulher das Nações Unidas (1976-1985) ocorreram em um contexto de Guerra Fria, e, conseqüentemente, muitas vezes as discussões perdiam o foco sobre as mulheres (UN WOMEN, 1995; RUBIN, 2012).

Além disso, a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres fez parte do Ciclo de Conferências Sociais das Nações Unidas dos anos 1990, sendo elas: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena (1993), Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social e IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995, e, por último, a II Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat-II) em 1996 (HADDAD, 2007).

Logo, a IV Conferência foi o quarto evento do ciclo, o que significou que vários dos pontos que viriam a ser consolidados em Pequim foram introduzidos nesses eventos. Um exemplo é a norma de direito das mulheres como direitos humanos, introduzida no ano de 1993 em Viena e, ainda que contestada pelos Estados considerados fundamentalistas, foi consolidada em Pequim dois anos depois (RUBIN, 2012).

As conquistas não implicam em não terem existido controvérsias sobre diversos temas, como direito das mulheres como direitos humanos ou saúde reprodutiva. Inclusive, tiveram momentos que o consenso necessário para a Declaração de Pequim não parecia realista, o que levou a IV Conferência a ser chamada de Conferência em Colchetes, pela grande quantidade de reservas ao documento (MACHADO, 1995; ALVES, 2001; RIDDELL-DIXON, 2001).

As discussões da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres têm sido divididas em dois blocos de Estados: os progressistas e os fundamentalistas (ALVES, 2001;

COSTA, 2013; SOARES, 2015). Enquanto os primeiros defendiam os direitos das mulheres como direitos humanos, e, portanto, seriam universais, os fundamentalistas defendiam o direito à diversidade cultural, o que implicaria que os direitos das mulheres, e seu papel na sociedade, variariam conforme a cultura local, ou seja, não existiria a universalidade. A postura do governo brasileiro ao longo da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres o insere no bloco dos progressistas (MACHADO, 1995; ALVES, 2001).

2.1 Posição do governo brasileiro na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres

O principal argumento da posição brasileira é que as mulheres seriam agentes de desenvolvimento igualitário. Essa ideia relaciona o fortalecimento da democracia e o combate à pobreza com a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher. A lógica é que ao promover a igualdade de gênero, não se beneficia apenas as mulheres, mas a sociedade como um todo, já que o aumento da participação da mulher na esfera política, por exemplo, representaria um reforço à democracia. Ao longo do documento, inclusive, é ressaltado a ideia que a democracia deve reconhecer as diferenças entre os sexos, e, ao mesmo tempo ser capaz de garantir direitos iguais a homens e mulheres (BRAZIL, 1995).

A luta contra a pobreza é colocada como parte do empenho brasileiro pela igualdade, por desenvolvimento e pela paz. O argumento da posição brasileira é que existe uma relação entre autonomia da mulher e melhoria de qualidade de vida, logo a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher faz parte da luta contra pobreza e para o fomento do desenvolvimento (BRAZIL, 1995).

A posição também reconhece que os movimentos de mulheres tiveram um importante papel nas últimas conquistas. Destacam-se: a Constituição de 1988 (que banuiu discriminação sexual, fortaleceu a proteção a mães solteiras e a licença maternidade, e, além disso, declarou o direito à informação e meios para livre decisão referente ao planejamento familiar), o reavivamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o fortalecimento de programas da saúde da mulher (que, seguindo os compromissos da Conferência do Cairo, deve assistir à mulher em todas fases da vida, principalmente em respeito aos seus direitos reprodutivos) (BRAZIL, 1995).

Mesmo com as conquistas apresentadas, existem pontos nos quais o governo brasileiro tem encontrado dificuldades em avançar. Sendo esses: a diminuição dos indicadores de mortalidade materna, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, câncer de mama e cervical. Além disso, precisa-se aumentar a divulgação de métodos contraceptivos e diminuir a diferença salarial entre homens e mulheres para mesmo trabalho (mesmo com o aumento do nível de estudos e formação da mulher) (BRAZIL, 1995).

Enfatiza-se que existem poucas mulheres em altos cargos do governo brasileiro. Porém, a representação política baixa não implica que não ocorra participação política das mulheres. A ação dos movimentos de mulheres na esfera política tem aumentado

por conta da exploração dos novos espaços de diálogo criados por meio de recursos da sociedade civil. Um exemplo de participação dos movimentos de mulheres é a questão da violência contra a mulher. Foi por conta da ação desses grupos que o tema ganhou publicidade dentro do País (BRAZIL, 1995).

A violência contra as mulheres é um crime, e como tal deve ser punido. Entretanto, o governo brasileiro entende que a prevenção à violência é importante, sendo esse um campo no qual a mídia tem papel fundamental. Por meio de campanhas de opinião pública, a mídia pode apresentar a violência como inaceitável, e assim dar um primeiro passo para que se possa superar a facilidade com a qual a violência é aceita (BRAZIL, 1995).

O documento termina com a reafirmação do compromisso do governo brasileiro com a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher, sublinhando que as ações não são só de responsabilidade dos governos, mas também da sociedade internacional como um todo. Para manter o objetivo comum dos Estados é necessário que se tenha flexibilidade e tolerância com as dificuldades de cada um, além da cooperação internacional para financiar tal empreitada (BRAZIL, 1995).

2.1.1 Formação da posição: contexto e atores

Os anos 1990, além de um período de abertura às temáticas sociais internacionalmente, após a Guerra Fria, também é marcado no âmbito doméstico pelo processo de redemocratização e o começo da revisão da insularidade do Itamaraty. Tradicionalmente aponta-se que o Ministério de Relações Exteriores tem um alto grau de autonomia por concentrar as decisões de política externa (HADDAD, 2007), o que pode ser explicado pelo isolamento burocrático da instituição e o baixo interesse da opinião pública por questões de política internacional (LIMA, 2000). Entretanto, nos anos de 1990, com a liberalização política e a redemocratização, o grau de autonomia na formulação de políticas públicas diminui em todas as áreas, levando a uma reconfiguração no relacionamento entre o governo e a sociedade, o que afetou, também, as decisões do Itamaraty, implicando na “pluralização do processo decisório da política externa, com novos e múltiplos atores atuando na definição dos caminhos diplomáticos a serem seguidos pelo País” (HADDAD, 2007, p. 52).

Como pode-se perceber na seção anterior, a preocupação com a democracia é um dos pontos fundamentais da posição brasileira em relação à Conferência de Pequim, o que é condizente com o contexto doméstico. Havia se passado apenas dez anos desde o fim da ditadura militar, e seis da nova Constituição Federal (RUBIN, 2012). Ressalta-se que no período ditatorial articulou-se movimentos feministas e de mulheres para o combate ao regime militar, que continuaram ativos, sendo relevantes para a articulação de mulheres para Conferência de Pequim (COSTA, 2005).

O processo preparatório para a Conferência de Pequim começou oficialmente em 8 de dezembro de 1993, com o Decreto Presidencial de Itamar Franco que cria o

Comitê Nacional para a preparação da posição brasileira na IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. As atribuições do Comitê seriam: 1) elaborar estudos sobre temáticas da mulher (como mulheres em situação de extrema pobreza e aumento da conscientização das mulheres enquanto seus direitos); 2) preparar os materiais para basear a participação brasileira em negociações e eventos referentes à Conferência de Pequim; e 3) auxiliar a preparação das posições do governo brasileiro em relação à Conferência (BRASIL, 1993).

Em termos da sua composição, o Comitê Nacional foi presidido pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e composto por um membro de cada um destes entes: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Desporto, Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério do Bem-Estar Social, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Procuradoria-Geral da República, e Fórum das Presidentas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher (BRASIL, 1993).

Ressalta-se que na composição do Comitê Nacional não está prevista a participação de movimentos sociais. Para entender como a participação dos movimentos feministas e de mulheres ocorreu será utilizado os três fatores conjugados de Busby (2010): balanço dos incentivos materiais (custos), ressonância cultural da mensagem (valores) e número de indivíduos capazes de bloquear mudanças políticas e suas preferências (*gatekeepers*).

A abordagem de Busby (2010) parte do princípio que as decisões políticas dos governos não são apenas uma análise racional de custo-benefício, por mais que esse ponto pese na decisão. O autor acredita que a ressonância da mensagem proposta pelos movimentos sociais com a sociedade em geral, mas principalmente com os *gatekeepers*, é tão importante quanto essa análise racional. Os *gatekeepers* seriam os atores que em última instância decidem se a mensagem será adotada ou não pelo governo, já que são aqueles que tomam a decisão final. Além disso, são os próprios *gatekeepers* que fazem a análise de custo-benefício. Logo, as suas preferências políticas e visões de mundo influenciam o cálculo, sendo esse, portanto, subjetivo. Uma possível ilustração é imaginar dois *gatekeepers*, um que considere igualdade de gênero como intrínseco para o desenvolvimento (ou seja, é necessário elevar o status da mulher) e outro que não considere a desagregação do gênero dentro do desenvolvimento (trata homens e mulheres como iguais). Ao decidir sobre a alocação de recursos específicos para políticas para a promoção dos direitos da mulher o primeiro teoricamente estaria mais disposto a gastos maiores em um primeiro momento para ganhos a longo prazo, enquanto o segundo tenderia a não considerar que tal empreitada tenha um custo-benefício adequado.

Como apresentado anteriormente, o Comitê Nacional não contava oficialmente com a presença de movimentos feministas e de mulheres. Soares (1995) argumenta que esses grupos eram heterogêneos, então colocar alguns no Comitê não seria

representativo da sociedade civil. Apesar disso, os movimentos participaram ativamente dos eventos preparatórios por meio de seminários e outros eventos, organizados tanto no âmbito do Comitê Nacional como pelos próprios movimentos feministas e de mulheres por meio da Articulação da Mulher Brasileira (AMB), criada para esse fim.

Além do argumento da representatividade, os seminários organizados pelo Comitê Nacional também podem ser entendidos através do fator conjugado de balanço de incentivos materiais. Uma das funções do Comitê era coletar informações sobre o estatuto da mulher brasileira. Por meio dos seminários, muitas vezes realizados dentro de centros de pesquisa com o auxílio de feministas acadêmicas (SOARES, 1995), o governo brasileiro pode coletar as informações que necessitava sem precisar fazer pesquisas profundas. Uma primeira grande dificuldade para tal pesquisa seria a própria estrutura de Estado em nível federativo, estadual e municipal. Enquanto ao nível federativo seria mais fácil reunir as informações, ao nível municipal seria difícil por conta do longo território brasileiro. Tallberg et al (2015) caracterizam esse movimento como lógica da troca de informação por acesso (*logic of information-access exchange*, no original), na qual grupos não estatais trocam a sua informação especializada por acesso ao processo de decisão política, que é aceita pelos tomadores de decisão por conta de um cálculo racional de custo-benefício.

Em relação aos valores, a mudança no relacionamento entre o governo e sociedade, impulsionada pela liberalização política e redemocratização, levou a uma abertura da agenda de política externa por parte do Itamaraty a novos atores. Tal mudança auxiliou que os movimentos feministas e de mulheres encontrassem espaços de diálogo com o Comitê. Na seção anterior, percebe-se que, na própria posição do governo, a relação com os movimentos está caracterizada: os movimentos além de ter uma função de divulgação de informações (número de casos de violência contra a mulher) supririam a necessidade de representação da mulher no processo de decisão política (baixo número de mulheres em altos cargos do governo). Ou seja, existiria uma correspondência de um ideário no Ministério de Relações Exteriores de maior abertura representativa com o ímpeto dos movimentos feministas e de mulheres de participarem das decisões.

Essa relação pode ser percebida na *gatekeeper* Thereza Quintella. A embaixadora é uma figura de destaque na bibliografia acadêmica e nos relatos daqueles que participaram da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, independentemente se sua participação foi como diplomata, feminista acadêmica ou integrante de movimentos (SOARES, 1995; ALVES, 2001). Quintella é reconhecida pela sua abertura aos movimentos sociais, tanto durante os eventos preparatórios, quanto na própria Conferência. Outro destaque da participação da embaixadora, relatado por Alves (2001), foi que diversas das discussões da Conferência se estenderam, e vários desses momentos a representação brasileira durante as negociações ficou na figura de Quintella.

3 | 59ª SESSÃO ANUAL DA COMISSÃO SOBRE O ESTATUTO DA MULHER (PEQUIM + 20)

Em Pequim foi acordado que a cada 5 anos os Estados se reuniriam para discutir o que se estava sendo feito para promover a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher, além de apontar dificuldades e compartilhar ações exitosas (UN WOMEN, 1995). A 59ª Sessão Anual da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW) foi um desses momentos, por isso é conhecida como Pequim +20, já que é a quarta revisão da Plataforma de Pequim, 20 anos após a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres. Nesse curto período de tempo ocorreram diversas mudanças no contexto internacional. Enquanto em 1995 os temas sociais estavam em destaque, em 2015 parava um contexto mais conservador e retrativo, por conta da crise econômica mundial de 2008, que incentivou políticas de contração econômica e protecionismo, e do atentado às Torres Gêmeas em setembro de 2001, que implicou na Guerra ao Terror estadunidense e o aumento da securitização de temas, o que resulta em menos espaço para temáticas sociais.

Entretanto, nesses 20 anos também aumentou a institucionalização da temática de direito das mulheres dentro das Nações Unidas. O principal exemplo é a criação da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, conhecida como ONU Mulheres, em 2010. Criada para acelerar a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher, a ONU Mulheres agrupou quatro escritórios que já existiam: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero (OSAGI) e Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW). Entre as funções da ONU Mulheres destacam-se quatro: dar suporte a organismos intergovernamentais na formulação de políticas e normas; auxiliar os Estados-membros na implementação dessas políticas e normas; construir conexões com a sociedade civil e assessorar o Sistema das Nações Unidas a cumprir seus compromissos referentes à igualdade de gênero (ONU MULHERES, 2017c).

A 59ª Sessão Anual da CSW, realizada dos dias 9 a 20 de março de 2015 em Nova Iorque, Estados Unidos, teve como uma de suas principais discussões a necessidade de acelerar a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher, uma vez que, nos 20 anos que haviam se passado desde a Conferência de Pequim, nenhum dos Estados conseguiu cumprir a meta estabelecida. Objetivando alcançar a igualdade de gênero e empoderamento da mulher até 2030, a Pequim + 20 buscou ser um espaço de diálogo entre os Estados e a sociedade civil, para que assim pudessem compartilhar aprendizados, programas que deram certo e seus formatos, além das demandas da sociedade civil serem ouvidas (ECOSOC, 2015).

Assim como em 1995, os dois grupos, progressistas e fundamentalistas, também existiam na 59ª Sessão Anual da CSW. Porém, diferentemente da Conferência de

Pequim, países desenvolvidos da Europa e Estados Unidos, por conta do contexto internacional, adotaram uma posição conservadora: não procuravam retrocessos como os fundamentalistas, mas também não buscavam avançar na promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher. Além disso, o grupo fundamentalista se fortaleceu ao longo dos 20 anos, logo, havia-se o temor de retrocessos (SARDENBERG, 2015). Brasil continuou progressista, e procurou articular sua posição com outros países da América Latina, tanto que além da posição do governo, a delegação brasileira na Pequim +20 fez uma intervenção em nome dos Estados Partes do MERCOSUL e dos Estados Associados.

3.2 Posição do governo brasileiro na 59ª Sessão Anual da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (Pequim +20)

A posição do governo brasileiro reafirma seu compromisso com a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, posto que a “busca da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres e meninas é uma política de governo e uma política de Estado. Não pode haver dúvida de que para o Brasil os direitos das mulheres são direitos humanos” (BRASIL, 2015a). É ressaltada a importância da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, momento no qual se obteve um consenso mundial sobre os direitos das mulheres, porém sublinha que a cada ano esse consenso tem se enfraquecido.

Para o governo brasileiro, a Declaração Política da Pequim +20 é uma prova desse enfraquecimento. Temas relevantes, e discutidos na Conferência de Pequim, como saúde sexual e reprodutiva, direitos reprodutivos e direitos sexuais não foram sequer citados, nem mesmo dentro da temática “mulher e saúde”. Por conta desse enfraquecimento, em vez de se avançar com a matéria, aprofundando os compromissos e as metas, a comunidade internacional reproduz a realidade de 1995 (BRASIL, 2015a).

A posição destaca a relação entre a garantia dos direitos das mulheres e o desenvolvimento, visto que “não haverá desenvolvimento se metade da humanidade for deixada para trás” (BRASIL, 2015a). A temática do desenvolvimento é central na intervenção em nome dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, especificamente o papel do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015b).

Apesar dos desafios a serem enfrentados, os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados reafirmam seu compromisso com a igualdade de gênero e empoderamento da mulher, entendendo que são uma condição necessária para garantir os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental (BRASIL, 2015b).

Além disso, os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados frisam a importância de fortalecer a cooperação internacional, tanto Norte-Sul quanto Sul-Sul, principalmente em apoio a iniciativas dos países em desenvolvimento que utilizem a transversalização de gênero (BRASIL, 2015b).

2.1.1. Formação da posição: contexto e atores

A preparação do governo brasileiro para a Pequim +20 foi marcada pelo contexto doméstico de reeleição de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil, e de crise econômica, consequente da crise financeira internacional de 2008. Como medida para diminuir o impacto da crise, o governo optou por medidas anticíclicas, aumentando a presença do Estado, e por políticas de austeridade, ou seja, cortes em gastos públicos. Por consequência da política de austeridade, o orçamento para programas e políticas para mulheres foi afetado (BRASIL, 2014).

Uma importante conquista, que alterou os atores envolvidos na definição de políticas para mulher, tanto no plano doméstico quanto no internacional, foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003. Após alguns anos, em 2009, ela foi elevada ao nível de ministério, e renomeada Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). A principal função da SPM – assim como o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), que inclusive passou a ser parte da SPM – é conduzir a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas com os outros entes governamentais, com o objetivo de assegurar não só seja aplicada a transversalização de gênero, mas também que as demandas e direitos das mulheres sejam atendidas (BRASIL, 2009; BRASIL, 2014).

Entretanto, diferentemente de 1995, quando a conjuntura dos valores democráticos e de liberalização comercial e política era favorável aos pleitos dos movimentos feministas e de mulheres referentes à promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher, em 2015 uma cultura conservadora e machista havia se fortalecido, aumentando a sua influência no Congresso Nacional. Com isso, medidas em defesa à igualdade de gênero foram barradas, e foram criadas outras que, se aprovadas, representariam retrocesso nos direitos das mulheres (BRASIL, 2009; BRASIL, 2014). Dois exemplos são a retirada do tema igualdade de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e o projeto de lei do Estatuto do Nascituro. Se aprovado, o projeto de lei do Estatuto do Nascituro implicaria em retroceder nos direitos das mulheres. O aborto tornar-se-ia ilegal, inclusive nos casos que atualmente são aceitos (feto anencefálico, risco de morte para a mulher e gravidez provocada por violação). Ou seja, direitos conquistados pelas mulheres seriam eliminados (BRASIL, 2014).

Comparada a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, a 59ª Sessão Anual da CSW teve uma menor participação dos movimentos feministas e de mulheres. Isso pode ser entendido por meio dos três fatores conjugados de Busby (2010). Partindo da explicação por meio dos *gatekeepers*, ressalta-se o papel da SPM e da ONU Mulheres. Com a criação da SPM, as relações entre o governo e os movimentos feministas e de mulheres tornaram-se mais próximas. Sendo a SPM o ente controlador das políticas de gênero, as visões dos movimentos, e muitas vezes suas demandas, já eram abarcadas na própria SPM. Isso explica porque mesmo com a menor participação dos movimentos feministas e de mulheres a posição do governo brasileiro continuou progressista internacionalmente.

Além disso, a ONU Mulheres, em um esforço de publicizar a Plataforma de Ação de Pequim, organizou a campanha “Pequim + 20: Empoderar Mulheres, Empoderar a Humanidade. Imagine!”. Essa campanha envolveu, no Brasil, diversas iniciativas como Pequim +20 em Graffiti e *Hangouts* de temas como violência contra a mulher e mulheres e meio-ambiente, além de eventos articulados em conjunto com organizações não-governamentais, como o painel “Pequim+20: Mais Mulheres na Política”, organizado em conjunto com o Instituto Patrícia Galvão (ONU MULHERES, 2015, 2017b).

Em termos de ressonância cultural, tanto internacionalmente quanto domesticamente, estava fortalecido o conservadorismo, o que implica em uma menor ressonância das ideias dos movimentos feministas e de mulheres. Isto somado com o Brasil já estar no bloco dos progressistas, que buscavam um aprofundamento dos compromissos internacionais referentes à promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher, resulta em uma relação de custo-benefício que levou os movimentos a não participarem tão ativamente da Pequim+20, optando por concentrar os esforços domesticamente, acompanhando se o governo brasileiro cumpre os compromissos já estabelecidos (SARDENBERG, 2015).

4 | CONCLUSÃO

Nesse artigo buscou-se responder à pergunta de pesquisa: como foi construída a posição do governo brasileiro referente à Plataforma de Pequim, para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995 e para a última revisão em 2015? Utilizando os três fatores conjugados de Busby (2010), concluiu-se que em 1995 os movimentos sociais participaram ativamente do processo preparatório. A explicação é que, além de estarem em um contexto no qual as suas mensagens referentes à igualdade de gênero e empoderamento da mulher eram ressonantes, tanto domesticamente quanto internacionalmente, contavam com *gatekeepers* solidários à questão, como a embaixadora Thereza Quintella. Ademais, seguindo a lógica de troca de informação por acesso de Tallberg et al (2015), a escolha de abrir o processo de tomada de decisão aos movimentos feministas e de mulheres fazia sentido, visto que dessa forma o governo teria acesso a conhecimento especializado da temática sem ter que investir em pesquisa própria, representando um menor custo.

Entretanto, em 2015, os movimentos não participaram tão ativamente do processo preparatório. Uma possível explicação é que o aumento do conservadorismo – implicando na mensagem dos movimentos não ser ressonante – junto com a presença de *gatekeepers* que possuíam uma visão semelhante, como a SPM e ONU Mulheres, resultou em um custo-benefício que incentivava a concentração das atividades em cobrar do governo brasileiro o cumprimento dos compromissos estabelecidos. Ressalta-se que isso também se deve a posição do governo brasileiro já ser considerada progressista, e a baixa probabilidade de conseguir aprofundamentos nos

compromissos internacionais de promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher em um contexto de aumento do conservadorismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais – A Década das Conferências**. Brasília: IBRI, 2001.

BRASIL. Decreto, de 08 de dezembro de 1993. **Cria o Comitê Nacional para a participação do Brasil na IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1993/Dnn1926.htm>. Acesso em 10 de jun. 2017. Decreto não numerado.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso proferido pelo Brasil no debate-geral da 59ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, em 12 de março de 2015**. Brasília: xxxx, 2015a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Intervenção do Brasil, em nome dos Estados-Partes do MERCOSUL e Estados Associados, pronunciado em 11 de março de 2015, durante o Debate-geral da 59ª. Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher**. Brasília: xxxx, 2015b.

BRASIL. Questionário sobre a aplicação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e o documento final do vigésimo terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral (2000) para a preparação das avaliações e exames regionais que terão lugar em 2010 para comemoração de Beijing +15. **Cepal**. Brasília, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/8/36338/Brasil.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

BRASIL. SECRETARÍA DE POLÍTICAS PARA LA MUJER. Informe BEIJING +20. **Cepal**. Brasília, p. 1-70. 2014. Disponível em: <http://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/3/51823/Informe_Brasil_Beijing_20.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2017.

BRAZIL. RUTH CARDOSO. Statement by Dr Ruth Cardoso Head of the Brazilian Delegation to the IV Conference on Women. **UNDP**. Pequim. set. 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/gopher-data/conf/fwcw/conf/gov/950906123226.txt>>. Acesso em: 9 jun 2017.

BUSBY, Joshua. **Moral Movements and Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CHARLESWORTH, Hilary. Not Waving but Drowning: Gender Mainstreaming and Human Rights in the United Nations. **Harvard Human Rights Journal**. Cambridge, p. 1-18. Spring 2005. Disponível em: <https://openresearch-repository.anu.edu.au/bitstream/1885/80561/2/01_Charlesworth_Not_Waving_but_Drowning_2005.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudo de Gênero - NUTEG**, Brasília, v. 2, n. 5, p.1-20, 2005. Disponível em: <www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/380/285>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ECOSOC. **Mainstreaming The Gender Perspective Into All Policies And Programmes In The United Nations System**. 1997. Geneva, Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/1997/66>. Acesso em: 13 jun. 2017.

ECOSOC. **Report of the Comission on the Status of Women**. 1947. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/281/Rev.1>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ECOSOC. **Report on the fifty-ninth session**. 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/ga/search/>>

view_doc.asp?symbol=E/2015/27>. Acesso em: 13 jun. 2017.

HADDAD, Tathiana Machado Araújo. **Diplomacia Pública: A política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)**. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Puc-rio, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=10180@1>. Acesso em: 20 mai. 2017.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 265-303, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima_vol22n2.pdf> Acesso em: 25 mai. 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. Confrontos políticos e desafios intelectuais. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, jan.-jun. 1995, p.414- 426. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16448/15029>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

Ministério da Saúde. **2004 Ano da Mulher**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2004. 186 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2004_anodamulher.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as Mulheres**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Principais Documentos Internacionais para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero**. 2016. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ONU MULHERES. **ONU Mulheres e Instituto Patrícia Galvão realizam, em Brasília, no dia 14 de abril, o Painel “Pequim+20: Mais Mulheres na Política”**. 2015. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-instituto-patricia-galvao-realizam-em-brasilia-no-dia-14-de-abril-o-painel-pequim20-mais-mulheres-na-politica/>>. Acesso em: 05 maio 2017

ONU MULHERES. **Planeta 50-50. 2017b**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>>. Acesso em: 05 maio 2017.

ONU MULHERES. **Sobre a ONU Mulheres**. 2017c. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

OSAGI. Gender Mainstreaming: An Overview. **United Nations**. Nova York, p. 1-29. jan. 2002. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/e65237.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

RIDDELL-DIXON, Elizabeth. **Canada and the Beijing Conference on Women: Governmental Politics and NGO Participation**. Vancouver: Ubc Press, 2001. 252 p.

RUBIN, Beatriz. O Papel das Conferências Mundiais sobre as Mulheres Frente ao Paradigma do Empoderamento Feminino. **Leopold/anum**. S.l., p. 61-84. mar. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/462/423>>. Acesso em: 7 maio 2017.

SARDENBERG, Cecilia M.b.. Brazilian Feminisms in Global Spaces: Beijing and Beijing+20. **IDS Bulletin**, [s.l.], v. 46, n. 4, jul. 2015, p.115-122. Institute of Development Studies. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1759-5436.12166/epdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017

SOARES, Vera. O Contraditório e Ambíguo Caminho para Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, jan.-jun. 1995, p.180-190. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16932/15497>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

TALLBERG, Jonas et al. NGO Influence in International Organizations: Information, Access and

Exchange. **British Journal Of Political Science**, [s.l.], 15 set. 2015, p.1-26. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s000712341500037x>. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/ngo-influence-in-international-organizations-information-access-and-exchange/39F06F8698C4A9A10F8E593E019F1DB8>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

UN WOMEN. **Conference to Set Women's Agenda into Next Century**. 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/dpibrochure.html>>. Acesso em: 7 maio 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

